



# SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MARANHÃO

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ História e Geografia do Estado e Município
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Educação Inclusiva

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA N° 001/2026



### BÔNUS

ÁREA DO **CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR -  
MARANHÃO - MA

Professor Ensino  
Fundamental (Anos  
Iniciais)

**EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026**

CÓD: SL-113AB-26  
7908433296522

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Tipologia textual;.....	9
2. Domínio da ortografia oficial; Uso dos porquês .....	12
3. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão .....	14
4. Emprego e reconhecimento das Classes de palavras; Orações Coordenadas e Subordinadas .....	15
5. Sinais de pontuação; Pontuação .....	24
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	26
7. Concordância Verbal e Nominal.....	27
8. Regência nominal e verbal .....	29
9. Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais, acessórios e integrantes da oração.....	32
10. Regras de acentuação .....	36
11. Figuras e vícios de linguagem; Figuras de pensamento .....	37
12. Emprego e Significação das palavras: denotação, conotação, homonímia, paronímia e ambiguidade.....	42
13. Emprego de: mau/mal, mas/mais, trás/traz/atrás, a fim de/afim, sob/sobre, a par/ ao par, cessão/sessão/Seção, Há/a, Ao invés de/ em vez de, Demais/de mais, onde/ aonde/donde, nenhum/ nem um, por ora/ por hora.....	43

## Matemática

1. Números: Sistema de Numeração Decimal .....	51
2. Números Naturais, , inteiros, racionais, reais. Operações fundamentais e propriedades; Conjuntos numéricos. Potências e raízes .....	52
3. Divisibilidade - múltiplos e divisores.....	63
4. MDC e MMC .....	64
5. Grandezas e Medidas: Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo, e sua utilização no contexto social.....	66
6. Sistema monetário.....	70
7. Geometria: Localização e espaço. Conceitos básicos (ponto, reta, plano e espaço). Figuras geométricas planas (ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, circunferência e círculo); Perímetro e área de figuras planas .....	72
8. Figuras geométricas espaciais (prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera); teoremas, medidas, transformações geométricas; Noções básicas de área e volume .....	82
9. Número e grandezas. Razão e Proporção .....	91
10. Regra de três simples e composta .....	93
11. Porcentagem, Juros Simples e Juros Compostos .....	94
12. Álgebra: Expressões algébricas .....	98
13. Equações e função do 1º grau .....	100
14. Estatística: Média aritmética e média ponderada, gráficos .....	104
15. Probabilidade: probabilidade, eventos, variáveis aleatórias.....	110

## História e Geografia do Estado e Município

1. Aspectos do Estado e do Município História: Formação territorial: processo de ocupação e colonização, divisões administrativas. Períodos históricos: desde a colonização até os dias atuais, destacando os principais acontecimentos, personagens e movimentos sociais. Desenvolvimento econômico: ciclos econômicos, industrialização, urbanização. Cultura regional: tradições, festas populares, manifestações artísticas, patrimônio cultural material e imaterial. ....	125
---	-----

## ÍNDICE

2. Geografia: Características físicas: relevo, clima, hidrografia, vegetação, solos. Riscos naturais: desastres naturais, vulnerabilidade social e ambiental. Questões ambientais: problemas ambientais locais e globais, políticas públicas para o meio ambiente. Organização do espaço geográfico: uso e ocupação do solo, rede urbana, infraestrutura .....	128
3. Economia: Setor primário, secundário e terciário: atividades econômicas predominantes, indicadores econômicos. Desenvolvimento econômico: políticas públicas de desenvolvimento, desigualdade social.....	132
4. Cultura: Diversidade cultural: grupos étnicos, identidade cultural, multiculturalismo. Manifestações culturais: artes, música, literatura, folclore. Patrimônio cultural: bens materiais e imateriais, políticas de preservação.....	136

## Conhecimentos Pedagógicos

1. Teorias da Educação.....	145
2. Principais teorias e pensadores da educação (Paulo Freire; Maria Montessori; Jean Piaget; Lev Vygotsky; John Dewey; Burrhus Frederic Skinner; Célestin Freinet; Jerome Bruner; Howard Gardner; Carl Rogers; Abraham Maslow; Henri Wallon; Émile Durkheim; Ivan Pavlov; Alfred Binet; Carol Dweck.) .....	150
3. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem.....	153
4. Didática e Metodologia de Ensino .....	155
5. Planejamento e organização do ensino .....	157
6. Tendências pedagógicas.....	160
7. Avaliação escolar e inclusão; Estratégias e técnicas de ensino .....	161
8. Legislação Educacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	164
9. Constituição Federal: Artigos 205 a 214 (Educação).....	164
10. Lei Nº 15.247, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.....	167
11. Recomposição de Aprendizagem: Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025.....	171
12. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): Lei nº 8.069/90 .....	174
13. ECA Digital.....	213
14. BNCC (Base Nacional Comum Curricular): Princípios e diretrizes.....	221
15. BNCC COMPUTACIONAL: Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022 .....	258
16. Três Eixos Estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital .....	271
17. Educação Integral e jornada ampliada: Lei nº 14.640/2023 .....	274
18. Resolução CNE/CEB nº 7/2025 .....	276
19. Portarias do MEC (nº 64/2023, 1495/2023, 1628/2024, 777/2024, 48/2024, 748/2024) .....	283
20. Resoluções (nº 18/2023, 25/2023, 26/2023).....	289
21. Saberes Digitais; Política de Inovação Educação Conectada (Lei nº 14.180/2021) e da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023).....	296
22. Plano Nacional de Educação (PNE): Metas e estratégias .....	300
23. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) .....	315
24. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).....	326
25. Currículo e Programas Educacionais . Concepções de currículo. Construção e implementação de currículos. Inclusão e diversidade no currículo escolar .....	331
26. Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP): Estrutura e objetivos .....	334
27. Psicologia da Educação .....	336
28. Psicologia do desenvolvimento . Psicologia da aprendizagem.....	337
29. Motivação e suas implicações na aprendizagem .....	344
30. Tecnologias na Educação. Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino Ambientes virtuais de aprendizagem. Recursos educacionais digitais .....	347

# Conhecimentos Específicos

## Professor Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

1. Fundamentos da Educação: Concepção, conceitos e objetivos.....	355
2. Metodologias ativas.....	361
3. Aprendizagem significativa .....	362
4. Diversidade cultural e inclusão .....	367
5. Educação ambiental.....	370
6. Educação para a cidadania.....	373
7. Teorias do desenvolvimento humano e suas distintas concepções: Piaget, Vygotsky, Wallon, Ausubel, Bruner, Gardner .	376
8. Neurociência da educação.....	376
9. Teorias da aprendizagem: Behaviorismo, cognitivismo, socioconstrutivismo. Bases psicológicas da aprendizagem: Percepção, memória, atenção, linguagem, motivação .....	383
10. Avaliação da aprendizagem: Concepção, funções, tipos (diagnóstica, formativa, somativa); Instrumentos de avaliação ..	383
11. Organização do trabalho pedagógico: Planejamento, Projeto Político Pedagógico (PPP) .....	383
12. Projeto Didático, Sequências Didáticas.....	383
13. Métodos e Técnicas de Ensino: Problematização, estudo de caso, pesquisa, jogos, simulações.....	386
14. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Campos de conhecimento, habilidades, competências, transição para o Ensino Fundamental II. Campos de Experiências (BNCC): O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação .....	388
15. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica (DCN): Princípios, objetivos, organização curricular .....	388
16. Tecnologia educacional: Recursos digitais, ferramentas online, integração das TIC no ensino .....	388
17. Temas Integradores: Interdisciplinaridade, contextualização, projetos temáticos .....	388
18. Pressupostos pedagógicos das Pedagogias Críticas: Paulo Freire, Demerval Saviani .....	391
19. Metodologia de ensino da Matemática: Resolução de problemas, jogos matemáticos, materiais manipuláveis, geometria, álgebra, grandezas e medidas.....	394
20. Metodologia de ensino da Língua Portuguesa: Leitura e escrita, produção textual, gramática, literatura infantil, oralidade.....	396
21. Metodologia de ensino de Ciências: Experimentação, investigação, linguagem científica, relação ciência-tecnologia-sociedade .....	399
22. Metodologia do ensino da História: Fontes históricas, temporalidade, espacialidade, identidade, cidadania .....	401
23. Metodologia do ensino de Geografia: Paisagem, lugar, região, espaço geográfico, relações socioespaciais .....	404
24. Educação Especial: Legislação, inclusão, atendimento às necessidades especiais, adaptações curriculares .....	406
25. Relações interpessoais: Trabalho em equipe, comunicação, resolução de conflitos, ética profissional.....	413

## Material Digital

### Educação Inclusiva

1. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva — Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 208 .....	3
2. Lei nº 9.394/1996 (LDB).....	4
3. Educação Especial na perspectiva inclusiva e Atendimento Educacional Especializado – AEE .....	23
4. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis.....	26
5. Adaptações e flexibilizações curriculares.....	27
6. Avaliação e planejamento pedagógico inclusivos .....	30

## ÍNDICE

7. Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência .....	31
8. Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	50
9. Diversidade, equidade e currículo inclusivo na BNCC.....	51
10. Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica .....	65
11. Resolução CNE/CP nº 2/2015, no que couber à formação docente e à inclusão .....	68
12. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis — Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão); Lei nº 10.098/2000 .....	77
13. Legislação aplicável: Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996.....	99
14. Lei nº 10.436/2002 .....	99
15. Decreto nº 5.626/2005 .....	100
16. Decreto nº 7.611/2011 .....	104
17. Resoluções do CNE aplicáveis e BNCC .....	108

### Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; TIPOLOGIA TEXTUAL;

### DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

**Compreensão** refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

#### ► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

#### ► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

### TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

#### ► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

#### Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

#### ► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

#### Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

#### ► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

#### Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

### INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

#### ► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

#### ► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

#### ► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa

# MATEMÁTICA

## NÚMEROS: SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

### SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

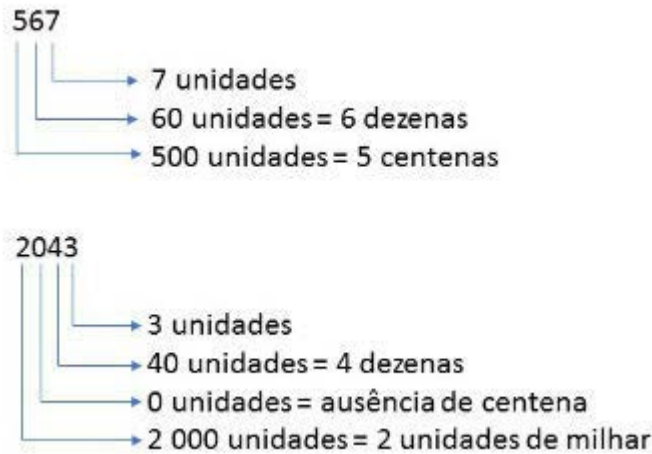
Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor. É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de sistema de numeração indo-arábico.

HINDU 300 a.C	-	=	≡	♀	∩	∩	∩	∩	∩	∩
HINDU 500 d.C	7	7	2	8	4	(	7	∧	9	0
ÁRABE 900 d.C	1	∩	∩	∩	∩	7	∩	∩	9	0
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	∩	∩	∩	∩	∩	7	8	9	0
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

#### ► Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:
  - 10 unidades = 1 dezena
  - 10 dezenas = 1 centena
  - 10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos:



► **Ordens e Classes**

No sistema de numeração decimal cada algarismo representa uma ordem, começando da direita para a esquerda e a cada três ordens temos uma classe.

CLASSE DOS BILHÕES			CLASSE DOS MILHÕES			CLASSE DOS MILHARES			CLASSE DAS UNIDADES		
12ª ORDEM	11ª ORDEM	10ª ORDEM	9ª ORDEM	8ª ORDEM	7ª ORDEM	6ª ORDEM	5ª ORDEM	4ª ORDEM	3ª ORDEM	2ª ORDEM	1ª ORDEM
CENTENAS DE BILHÃO	DEZENAS DE BILHÃO	UNIDADES DE BILHÃO	CENTENAS DE MILHÃO	DEZENAS DE MILHÃO	UNIDADES DE MILHÃO	CENTENAS DE MILHAR	DEZENAS DE MILHAR	UNIDADES DE MILHAS	CENTENAS	DEZENAS	UNIDADES

Para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um ponto para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

Exemplo 1: Realize a leitura do número 57283

Primeiro, separamos os blocos de 3 algarismos da direita para a esquerda e colocamos um ponto para separar o número: 57. 283.

No quadro acima vemos que 57 pertence a classe dos milhares e 283 a classe das unidades simples. Assim, o número será lido como: cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e três.

Exemplo 2: Realize a leitura do número 12839696

Separando os blocos de 3 algarismos temos: 12.839.696

O número então será lido como: doze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis.

**NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, REAIS. OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS E PROPRIEDADES; CONJUNTOS NUMÉRICOS. POTÊNCIAS E RAÍZES**

**CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (ℕ)**

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}^p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}^i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais ímpares.

# HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO E MUNICÍPIO

**ASPECTOS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO HISTÓRIA: FORMAÇÃO TERRITORIAL: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO, DIVISÕES ADMINISTRATIVAS. PERÍODOS HISTÓRICOS: DESDE A COLONIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS, DESTACANDO OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS, PERSONAGENS E MOVIMENTOS SOCIAIS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CICLOS ECONÔMICOS, INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO. CULTURA REGIONAL: TRADIÇÕES, FESTAS POPULARES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL.**

## FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MARANHÃO E DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O estudo de São José de Ribamar deve começar pela compreensão do próprio processo de formação do Maranhão. Antes da chegada dos europeus, o território maranhense era ocupado por diversos povos indígenas, especialmente grupos de matriz tupi, como os Tupinambá, além de outros povos que viviam da pesca, caça, coleta, agricultura rudimentar e domínio dos rios e áreas costeiras. Essa presença indígena é fundamental para entender a ocupação inicial do litoral maranhense, inclusive da região próxima à ilha de São Luís e à atual área de São José de Ribamar.

A colonização europeia do Maranhão apresentou uma característica importante: não foi inicialmente consolidada apenas pelos portugueses. No início do século XVII, os franceses tentaram estabelecer domínio na região, fundando em 1612 a chamada França Equinocial, com a criação do núcleo que daria origem à cidade de São Luís. Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses e consolidaram sua presença na área. A partir daí, o território maranhense passou a integrar a lógica colonial portuguesa, marcada pela ocupação do litoral, pela catequese indígena, pela formação de aldeamentos, pelo uso da mão de obra indígena e, posteriormente, africana escravizada.

São José de Ribamar localiza-se na Ilha de Upaon-Açu, a mesma ilha onde estão São Luís, Paço do Lumiar e Raposa. A posição litorânea do município explica sua relação histórica com a pesca, a religiosidade marítima, a circulação de pessoas e mercadorias e o crescimento urbano ligado à capital. A ocupação da área esteve associada a pequenos povoados, atividades pesqueiras, práticas religiosas e à proximidade com São Luís.

O nome do município está diretamente ligado à devoção a São José de Ribamar. A tradição religiosa local atribui grande importância à imagem do santo e ao culto desenvolvido na região, o que transformou o lugar em um dos principais centros de peregrinação religiosa do Maranhão. Assim, diferentemente de municípios que se consolidaram principalmente por ciclos

agrícolas ou mineração, São José de Ribamar combinou ocupação litorânea, vida comunitária, pesca artesanal e religiosidade popular.

Do ponto de vista administrativo, São José de Ribamar esteve historicamente vinculado a São Luís, sendo posteriormente desmembrado e elevado à condição de município. A emancipação municipal ocorreu no século XX, dentro de um contexto de reorganização administrativa do Maranhão, quando várias localidades passaram a ter autonomia política própria. A criação do município permitiu a formação de governo local, Câmara Municipal, administração própria e maior protagonismo na gestão de serviços públicos.

Para fins de concurso, é importante memorizar que São José de Ribamar integra a Região Metropolitana da Grande São Luís. Essa informação costuma aparecer em provas de conhecimentos locais, pois demonstra a forte relação do município com a capital maranhense. Seu crescimento urbano foi bastante influenciado pela expansão metropolitana, pela mobilidade pendular de trabalhadores, pela ocupação de áreas periféricas e pelo aumento da demanda por moradia, transporte, saneamento, saúde e educação.

A formação territorial de São José de Ribamar, portanto, não pode ser entendida isoladamente. Ela resulta de quatro grandes fatores: a ocupação indígena anterior à colonização, a disputa colonial europeia pelo Maranhão, a consolidação portuguesa no litoral e o processo moderno de urbanização metropolitana. Essa combinação explica por que o município possui, ao mesmo tempo, traços tradicionais ligados à pesca e à religiosidade, e características urbanas próprias de uma cidade integrada à dinâmica da Grande São Luís.

## PERÍODOS HISTÓRICOS: DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A história de São José de Ribamar acompanha, em grande medida, os principais momentos da história maranhense. Durante o período colonial, o Maranhão teve papel estratégico para Portugal por sua localização no Norte-Nordeste do Brasil, pela ligação com a Amazônia e pelo potencial econômico de suas terras e portos. Após a expulsão dos franceses, a Coroa portuguesa buscou fortalecer o controle da região por meio de fortificações, povoamento, missões religiosas e atividades econômicas.

No século XVII, a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará foi uma medida administrativa relevante. Essa unidade colonial tinha organização própria, separada em determinados momentos do Estado do Brasil, demonstrando a importância geopolítica da região. O Maranhão mantinha relações econômicas e administrativas com o Norte amazônico e com o Atlântico, sendo influenciado por rotas marítimas, exportações agrícolas e pelo comércio colonial.

No século XVIII, o Maranhão viveu crescimento econômico com a produção de arroz e algodão, especialmente a partir das políticas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esse período intensificou o uso da mão de obra africana escravizada e ampliou a formação de grandes propriedades rurais. Embora São José de Ribamar não tenha sido o centro principal dessa economia agroexportadora, a região insular estava ligada ao sistema colonial por meio de circulação de pessoas, produtos e práticas religiosas.

No período imperial, o Maranhão participou dos conflitos relacionados à Independência do Brasil. A adesão maranhense à Independência ocorreu em 1823, após resistências de setores ligados a Portugal. Esse dado é importante porque mostra que a Independência não foi um processo uniforme e pacífico em todo o Brasil. Em várias províncias, inclusive no Maranhão, houve disputas políticas e militares.

Outro acontecimento essencial da história maranhense foi a Balaiada, revolta popular ocorrida entre 1838 e 1841. A Balaiada envolveu vaqueiros, artesãos, sertanejos, negros, mestiços e setores populares insatisfeitos com a pobreza, os abusos das elites locais e as disputas políticas regionais. Embora o foco principal da revolta tenha ocorrido em outras áreas do Maranhão, ela é indispensável para compreender a formação social do Estado, marcada por desigualdade, resistência popular e conflitos entre elites e grupos subalternos.

Durante a República, o Maranhão passou por transformações políticas, econômicas e sociais. O poder oligárquico, o coronelismo e a concentração fundiária marcaram grande parte da vida pública estadual. Ao longo do século XX, São Luís cresceu como capital administrativa, comercial e portuária. São José de Ribamar, por sua proximidade com a capital, passou a sentir os efeitos dessa expansão urbana.

A emancipação de São José de Ribamar no século XX representou uma etapa decisiva de sua história local. Com a autonomia municipal, a cidade passou a organizar sua própria administração pública. A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, nas últimas décadas, o município apresentou crescimento populacional expressivo, impulsionado pela expansão urbana da Grande São Luís. Muitas áreas antes rurais, pesqueiras ou pouco povoadas foram transformadas em bairros, conjuntos habitacionais e zonas de ocupação urbana.

Nos dias atuais, São José de Ribamar é um município marcado por dupla identidade. De um lado, conserva forte tradição religiosa, pesqueira e comunitária. De outro, integra uma região metropolitana dinâmica, com problemas e desafios típicos de cidades em crescimento: mobilidade urbana, regularização fundiária, preservação ambiental, saneamento básico, segurança pública e oferta de serviços.

Para provas de concurso, a dica é observar a sequência histórica: povos indígenas; tentativa francesa; domínio português; economia colonial; escravidão; Independência; Balaiada; República; emancipação municipal; metropolização contemporânea. Essa linha do tempo ajuda a organizar os principais acontecimentos e evita confusão entre história estadual e história local.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CICLOS, URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS SOCIAIS

A economia do Maranhão passou por diferentes ciclos ao longo da história. No período colonial, destacaram-se a agricultura de exportação, especialmente arroz, algodão e cana-de-açúcar, além da pecuária e do comércio marítimo. O algodão teve grande importância, principalmente no século XVIII e início do século XIX, quando a demanda internacional favoreceu a produção maranhense. Esse crescimento, contudo, esteve associado à escravidão africana e à concentração de terras.

A economia maranhense sempre apresentou contrastes regionais. Enquanto algumas áreas se integraram à agroexportação, outras mantiveram atividades de subsistência, pesca, extrativismo e pequenas produções locais. O babaçu, por exemplo, tornou-se elemento econômico e social importante em várias regiões do Estado, especialmente pela atuação das quebradeiras de coco, mulheres que desenvolveram formas de trabalho, organização social e resistência em torno do extrativismo.

No caso de São José de Ribamar, a economia tradicional esteve fortemente ligada à pesca artesanal, ao pequeno comércio, à agricultura de subsistência e às atividades religiosas. A localização litorânea favoreceu a presença de comunidades pesqueiras, com práticas transmitidas de geração em geração. A pesca não deve ser vista apenas como atividade econômica, mas também como elemento cultural, pois influencia a alimentação, as festas, a relação com o mar e a identidade local.

Com o crescimento da Grande São Luís, São José de Ribamar passou por forte urbanização. A expansão da capital maranhense fez com que o município se tornasse área de moradia para milhares de pessoas que trabalham, estudam ou circulam diariamente entre os municípios da região metropolitana. Esse fenômeno é chamado de conurbação, isto é, a aproximação física e funcional entre cidades vizinhas, formando uma malha urbana contínua ou integrada.

A urbanização trouxe novas oportunidades econômicas. O setor de serviços cresceu, incluindo comércio, transporte, construção civil, alimentação, atividades religiosas, turismo e serviços públicos. A construção de conjuntos habitacionais e a expansão de bairros modificaram a paisagem local. O município deixou de ser predominantemente associado a povoados tradicionais e passou a ter papel relevante na dinâmica metropolitana.

A industrialização em São José de Ribamar não tem o mesmo peso que em áreas industriais específicas do Maranhão, como aquelas ligadas ao complexo portuário e industrial da Ilha de São Luís. No entanto, o município é impactado indiretamente pela economia regional, especialmente pela circulação de trabalhadores, pela demanda habitacional e pela integração com os demais municípios da ilha. Assim, a economia ribamarense contemporânea é mais marcada por serviços, comércio, construção civil, turismo religioso e atividades urbanas do que por grandes indústrias.

O turismo religioso é um dos elementos mais importantes da economia local. O Santuário de São José de Ribamar atrai fiéis de várias partes do Maranhão e de outros estados. Durante os festejos do santo, há aumento da circulação de pessoas, vendas no comércio, hospedagem, alimentação, transporte e atividades informais. Esse tipo de turismo combina fé, cultura e economia popular.

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## TEORIAS DA EDUCAÇÃO

O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

### ► Behaviorismo

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

#### John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.

- **Experimentos de Pavlov:** Pavlov demonstrou o condicionamento clássico em seus experimentos com cães, nos quais o som de uma campainha (estímulo neutro) era associado à apresentação de comida (estímulo incondicionado), levando os cães a salivarem (resposta incondicionada). Após repetidas associações, os cães começavam a salivar ao ouvir a campainha, mesmo na ausência de comida, indicando a resposta condicionada.

- **Aplicações de Watson:** Watson aplicou esses princípios ao comportamento humano, como no famoso experimento com o pequeno Albert, onde uma criança foi condicionada a temer um rato branco ao associá-lo repetidamente com um som alto e assustador. Este experimento demonstrou que emoções e respostas emocionais poderiam ser condicionadas em humanos.

#### B.F. Skinner e o Condicionamento Operante

B.F. Skinner expandiu os conceitos de Watson ao desenvolver a teoria do condicionamento operante, que descreve como o comportamento é influenciado pelas consequências que se seguem a ele. Skinner introduziu os conceitos de reforço e punição como mecanismos para aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ser repetido.

- **Reforço Positivo e Negativo:** O reforço positivo envolve a apresentação de um estímulo agradável após um comportamento, aumentando a probabilidade de sua repetição. Por

▪ exemplo, elogiar um aluno por concluir uma tarefa pode encorajá-lo a repetir o comportamento no futuro. O reforço negativo, por outro lado, envolve a remoção de um estímulo desagradável para aumentar a frequência de um comportamento. Por exemplo, permitir que um aluno pare de realizar uma tarefa aversiva após responder corretamente a uma pergunta.

▪ **Punição Positiva e Negativa:** A punição positiva envolve a apresentação de um estímulo desagradável após um comportamento, visando diminuir sua ocorrência. Por exemplo, repreender um aluno por se comportar de maneira inadequada. A punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável após um comportamento indesejado, como retirar privilégios ou tempo de recreio.

### Aplicações do Behaviorismo na Educação

O behaviorismo tem várias aplicações práticas na educação, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no desenvolvimento de programas de modificação de comportamento. Algumas das técnicas mais comuns incluem:

▪ **Reforço de Comportamentos Desejáveis:** Utilizar recompensas e elogios para incentivar comportamentos positivos, como participação ativa, respeito às regras da sala de aula e conclusão de tarefas. Sistemas de pontos ou estrelas podem ser implementados para motivar os alunos.

▪ **Modelagem e Shaping:** A modelagem envolve demonstrar um comportamento desejado para que os alunos possam imitá-lo. O shaping é uma técnica que reforça gradualmente aproximações sucessivas de um comportamento desejado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades complexas passo a passo.

▪ **Contratos de Comportamento:** Estabelecer contratos de comportamento com os alunos, onde são definidos comportamentos esperados e as recompensas ou consequências associadas. Isso pode ajudar a criar um ambiente de sala de aula mais estruturado e previsível.

▪ **Gestão de Sala de Aula:** Utilizar técnicas de gestão de sala de aula baseadas no behaviorismo, como reforço positivo para manter a ordem e disciplina, e punições consistentes para comportamentos disruptivos. A clareza nas expectativas e nas consequências ajuda os alunos a entenderem o que é esperado deles.

### Críticas e Limitações do Behaviorismo

Apesar de suas contribuições significativas, o behaviorismo também enfrenta críticas e limitações. Uma das principais críticas é a sua ênfase no comportamento observável, desconsiderando os processos mentais internos, como pensamentos, emoções e motivações. Além disso, alguns críticos argumentam que o uso excessivo de reforço e punição pode levar a uma dependência externa, onde os alunos agem de determinada maneira apenas para obter recompensas ou evitar punições, em vez de desenvolverem uma compreensão intrínseca do comportamento adequado.

O behaviorismo, com seus conceitos de condicionamento clássico e operante, oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão e modificação do comportamento humano. Suas

aplicações na educação são diversas e eficazes, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no incentivo a comportamentos positivos. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e integrá-lo com outras abordagens teóricas para proporcionar uma educação mais holística e centrada no aluno.

### ► Construtivismo

O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aprendiz. Em vez de serem vistos como receptores passivos de informações, os alunos são considerados participantes ativos no processo de aprendizagem, que constroem conhecimento através de suas próprias experiências e interações com o mundo. As raízes do construtivismo podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Piaget e Lev Vygotsky, cujas teorias sobre desenvolvimento cognitivo e social continuam a influenciar profundamente a educação contemporânea. Este capítulo abordará os principais conceitos do construtivismo, destacando as contribuições de Piaget e Vygotsky, bem como suas implicações práticas para o ensino.

### Jean Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget, um psicólogo suíço, é um dos principais teóricos do construtivismo. Ele propôs que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento cognitivo, cada um caracterizado por diferentes capacidades de pensamento e compreensão. Piaget acreditava que o aprendizado ocorre quando as crianças interagem com o ambiente e constroem seu próprio entendimento através de processos de assimilação e acomodação.

### Estágios de Desenvolvimento: Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo:

▪ **Sensório-motor (0-2 anos):** Neste estágio, as crianças exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. Elas desenvolvem a noção de permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

▪ **Pré-operacional (2-7 anos):** As crianças começam a usar símbolos, como palavras e imagens, para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico e elas têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros.

▪ **Operacional Concreto (7-11 anos):** As crianças desenvolvem a capacidade de pensar logicamente sobre eventos concretos. Elas podem realizar operações mentais, como classificação e seriação, e entender conceitos de conservação.

▪ **Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** Neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e de raciocinar sobre hipóteses. Eles podem usar o pensamento dedutivo e considerar múltiplas perspectivas.

▪ **Processos de Aprendizagem:** Piaget introduziu os conceitos de assimilação e acomodação para descrever como as crianças aprendem. **\*\*Assimilação\*\*** é o processo de incorporar novas informações em esquemas existentes, enquanto **\*\*acomodação\*\*** é a modificação de esquemas existentes para incorporar novas informações.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO, CONCEITOS E OBJETIVOS

### Fundamentos da Educação<sup>1</sup>

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

### ► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogos da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das

<sup>1</sup> <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

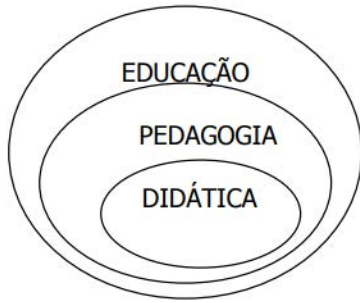
As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando “conceitos humanísticos” que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

### ► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

▪ **Produtos de Aprendizagem**

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

A interpenetração entre saber e conhecimento é o produto da aprendizagem que realmente interessa ao ser humano, ou seja, um produto de aprendizagem que é sistematizado e



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**